

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
Curso de Ciências Econômicas

**A NOVA DINÂMICA ECONÔMICA:
DO ENFRAQUECIMENTO DO CAPITALISMO A PARTIR DA
CRISE DE 2008 ÀS NOVAS FORMAS DE MERCADO**

Gabrielli Torres Chiconatto

Santo André

2017

Gabrielli Torres Chiconatto

**A NOVA DINÂMICA ECONÔMICA:
DO ENFRAQUECIMENTO DO CAPITALISMO A PARTIR DA
CRISE DE 2008 ÀS NOVAS FORMAS DE MERCADO**

**Monografia apresentada à Escola Superior de
Administração e Gestão, para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.**

**Orientação: Prof. Raphael José Bicudo Pereira
Sobrinho**

Santo André

2017

RESUMO

Este trabalho aborda uma discussão em torno do vigente sistema econômico capitalista, que após décadas de prosperidade, como a “era de ouro” entre os anos de 1945 a 1973, se encontra em conflito na superação das dificuldades, confirmando um cenário prolongado de forte instabilidade e estagnidade acentuado. Dessa forma, cabe o estudo de um novo sistema, aquele que venha a complementar o mercado tradicional, a explorar novas possibilidades e a mudar a natureza das relações humanas, defendendo uma vida equilibrada economicamente e socialmente. Em resposta a esse cenário, o modelo de economia colaborativa aposta no resgate de antigos princípios e mostra como a inovação e o advento das tecnologias digitais desafiam o espaço, o tempo, a escassez e a competitividade numa escala nunca antes imaginável.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo; novo sistema; economia colaborativa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A FACE DO CAPITALISMO	7
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE ECONOMIA COLABORATIVA	13
3.1	ECONOMIA COLABORATIVA NA AMÉRICA LATINA	16
3.2	DESAFIOS DA ECONOMIA COLABORATIVA	19
3.3	PREMISSAS DESAFIADAS PELA ECONOMIA COLABORATIVA	20
4	CONCLUSÃO	23
5	BIBLIOGRAFIA.....	28

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa do trabalho reside em contextualizar a passagem do capitalismo nos últimos anos, com sua essência de ser resultado de uma reconfiguração política e econômica do mundo, até seu estabelecimento como moderno e seguro após décadas experimentando de uma contínua prosperidade e expansão.

Segundo Mason (2017) o neoliberalismo deixou de ser um sistema funcional, como nos anos 2001. Embora o sistema tenha sido o único que melhor conseguiu atender eficiência econômica e progresso social, hoje, está programado para provocar falhas catastróficas recorrentes, isso porque um conjunto de mercadorias mantém um enorme valor de uso, mas deixou de ter valor de troca numa economia digital, criando uma forte contradição com os ideais capitalistas. Além disso, o mundo moderno nunca antes enfrentou um amplo desenvolvimento científico e tecnológico combinado com a existência de um crescimento exponencial das desigualdades, da alta exploração do trabalho, baixo crescimento dos salários, endividamento contínuo e empobrecimento da população.

É a partir desse cenário que nota-se a necessidade de uma evolução, de uma nova interação entre mercado e sociedade. Aos poucos, a informação e tecnologia permitiram repensar a produção em escala mundial como forma de atender à demanda do planeta, ressaltando a sustentabilidade e a eficiência.

Este ensaio teórico será composto de duas seções. No primeiro momento, será realizado um estudo sobre a passagem do capitalismo, atribuindo ênfase a partir do ano de 2008, no sentido de responsabilizar suas características como fundamentais para a necessidade de reformulação dos padrões de consumo e produção.

Dando continuidade, destaca-se a importância da evolução da tecnologia informacional para a viabilização em larga escala de novos projetos e para a reinvenção de modelos já validados no mundo real, destacando seu impacto para a criação de valor e desenvolvimento do mercado.

No segundo e último capítulo efetuam-se as devidas considerações finais sobre o sistema colaborativo - o movimento baseado em informação, transparência e colaboração - a fim de reconhecer sua aplicabilidade. Dessa nova interação entre esses processos, surge uma estrutura econômica e social que se apresenta em contínuo crescimento.

Para isso, utiliza-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, construída a partir da leitura e análise bibliográfica que orienta essa temática. Os questionamentos se tornam importantes na busca do entendimento sobre o futuro do capitalismo, dos trabalhadores e das sociedades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A FACE DO CAPITALISMO

Em cada contexto da humanidade percebe-se a preocupação pela disseminação de ideias que traduzem questionamentos e manifestam possibilidades de solução. Das contradições e “lutas” entre as duas principais correntes, socialista e capitalista, e da necessidade de permanecerem como dominantes, repercute o lado forte de cada uma. Entretanto, a supremacia do capitalismo não se tornou o suficiente no mundo moderno, isso porque estamos vivendo tempos cada vez mais economicamente voláteis e dependentes das instituições que nos rodeiam.

O pensamento sobre existir uma alternativa socialista eficiente ao mundo acabou quase que totalmente com a queda do muro de Berlin em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991, fazendo com que o capitalismo triunfasse e se tornasse hegemônico no mundo.

Apesar de a União Soviética ter acabado apenas no fim do século XX, bem antes disso já era possível, porém difícil, até mesmo pela falta de informação, ver que a alternativa socialista-comunista extremamente focada no poder estatal para controlar o mercado e comandar os meios de produção não seria viável ao longo prazo, como nos releva Bresser Pereira (2014) em resenha do livro “A Civilização Capitalista” de Fábio Konder Comparato:

Na verdade, o socialismo começou a se revelar inviável quatro anos depois da Revolução Socialista de 1917, quando Lenin decidiu fazer uma abertura para o capitalismo com sua nova política econômica. Entretanto, isso só se tornou claro quando Stalin estava no poder. Primeiro, porque a “ditadura do proletariado” revelou-se uma estratégia permanente de dominação; e, segundo, porque o comando dessa ditadura não coube ao povo ou aos trabalhadores, mas à classe tecnoburocrática ou profissional.

Sobre o livro em questão, Comparato mostra sua visão de que o capitalismo se tornou a primeira civilização universal, pois, para o autor, diferente de outras formas de sociedade vistas até então, o capitalismo não está determinado a um território específico, mas na verdade assume um caráter universal, pois os objetivos hoje de qualquer sociedade que não tenha passado por suas revoluções industriais ou tenha criado seus estados-nação bem estruturados é copiar as tecnologias e instituições de países ricos, universalizando a mesma civilização.

Porém, isso não significa que todas as pessoas estejam convencidas de que o sistema tenha se tornado uma ordem social estável e benigna, que irá prover à todos com igualdade e justiça. Na verdade, Erik Olin Wright (2012) nos mostra que a realidade é muito diferente:

Na verdade vivemos em um período em que muitas das críticas socialistas tradicionais ao capitalismo parecem mais apropriadas do que nunca: a instabilidade e crises econômicas deterioram sistematicamente a vida de massas de pessoas; a desigualdade, a polarização econômica e a insegurança no trabalho têm se aprofundado em muitos países desenvolvidos economicamente; o capital tornou-se cada vez mais volátil, movendo-se em todo o mundo e prejudicando seriamente a capacidade democrática dos Estados e das comunidades; corporações gigantes dominam os meios de comunicação e a produção cultural; o mercado aparece como uma lei da natureza incontrolável pela ação humana; a política está cada vez mais dominada pelo dinheiro e não responde às preocupações e inquietações das pessoas comuns. A necessidade de uma alternativa dinâmica ao capitalismo é maior do que nunca.

No trecho retirado do artigo “Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social”, o autor elabora um pensamento complexo de alternativa ao capitalismo baseado no poder social.

O centro de sua tese difere do socialismo que vimos em prática no mundo por não estar centrado no poder do estado, apesar do mesmo ter papel fundamental, e sim no poder social, que não ignora o poder econômico capitalista, mas o subordina em favor da sociedade.

A caminhada do capitalismo, sempre acompanhada de um comportamento orgânico, trouxe consigo adaptações e modificações de rosto conforme o tempo passou e novos eventos e incentivos foram aparecendo. Foi assim em 1929, quando a lógica do laissez-faire falhou e mudou a maneira de como o Estado se comportaria junto ao mercado. Na década de 1970 “quando a macroeconomia neoclássica substituiu a keynesiana e os modelos de crescimento substituíram a economia do desenvolvimento” (BRESSER PEREIRA, 2010). E 2008 não foi diferente.

Desde o fim da década de 1970 e início de 1980, o mundo vinha em uma crescente financeirização e desregulação da economia por conta da hegemonia do pensamento neoliberal que surgiu em resposta ao aparente colapso da estratégia keynesiana.

A desregulamentação da economia tomou forma, principalmente, a partir da eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos em 1980, trazendo uma forte guinada nas políticas econômicas do país ao pensamento neoliberal e nas séries de restrições e regulamentações que regiam os mercados nos trinta anos que foram substituídas por regras mais brandas em áreas como comércio internacional, mercado de trabalho e o sistema financeiro, tirando do Estado os papéis que antes tivera na economia.

As explicações teóricas dessas políticas vieram de economistas que ganharam grande relevância na época como Milton Friedman e Robert Lucas da escola de Chicago, Friedrich Hayek da escola Austríaca e outros intelectuais que corroboravam a ideia de mercados auto regulamentados, laissez-faire e a racionalidade dos agentes.

Esses pensamentos foram de suma importância para que o sistema financeiro tomasse proporções gigantescas criando um capitalismo financeirizado, que Bresser Pereira (2010) descreve como sendo: “um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas”.

Esse sistema favoreceu bancos e outras instituições financeiras à um grande custo social, associado aos graus de alavancagem enormes e o grande aumento do risco de crises recorrentes, que foram visíveis durante toda a década de noventa em países da Ásia, Leste Europeu e América latina, todas essas já predizendo, de alguma forma, o que aconteceria no fim da década de 2000.

Com a falência do banco Lehman Brothers, eclodiu a pior crise desde a década de 1930 que, dadas as características de conectividade e interdependência entre as nações, não se conteve ao sistema financeiro, repercutindo em praticamente todas as economias do mundo, fazendo com que até hoje os níveis de produção e emprego não voltassem aos patamares de antes.

Os historiadores nos informam que as crises não são uma novidade para o capitalismo, e podem até ser necessárias para sua saúde em longo prazo. Mas eles estão falando de movimentos cíclicos ou choques aleatórios, após os quais as economias podem conseguir um novo estado de equilíbrio, pelo menos temporário. O que estamos vendo, porém, parece em retrospecto ser um processo contínuo de decadência gradual, lento, mas aparentemente inexorável. (STREECK, 2014)

Uma pesquisa da OCDE indica que o mundo desenvolvido terá um “fraco” crescimento nos próximos cinquenta anos, juntamente com um aumento expressivo da desigualdade, e que até os países em desenvolvimento não manteriam o mesmo fôlego até 2060. Isso nos faz crer que

após a grande crise de 2008 o sistema capitalista se tornará obsoleto para a maioria das nações daqui para frente. (MANSON, 2017, p. 423)

Na visão de Wright (2012), trazer ao capitalismo uma direção mais socialista significaria democratizar a economia:

Nesse processo, a estrutura econômica continua a ser um híbrido que combina práticas e relações capitalistas, estatistas e socialistas, mas a dimensão socialista ganha peso e centralidade. Ampliar e aprofundar o poder social em qualquer uma dessas configurações pode ser razoavelmente compatível com a manutenção da dominação do capitalismo, mas, se for possível aumentar o poder social dentro de todas as configurações, o efeito cumulativo pode ser uma transformação qualitativa em que o socialismo se torna a forma dominante de relações dentro de um híbrido econômico complexo, subordinando tanto o capitalismo quanto o estatismo.

Para Paul Mason (2017) no livro “Pós Capitalismo – Um Guia para nosso futuro”, as mudanças que estão ocorrendo dessa vez são tão poderosas que o sistema como conhecíamos atingiu seu limite e dele surgirá algo novo. As ideias mais pessimistas com relação ao futuro do capitalismo podem estar equivocadas e encontra uma saída para a crise eterna de desemprego, desigualdade e problemas climáticos através de uma alternativa mais dinâmica que intitula de pós-capitalismo.

E para que tudo isso se torne possível, Manson (2017) atribui à tecnologia de informação a capacidade que tivera para criar um ser humano mais conectado e informado nos últimos 25 anos.

A chegada da revolução tecnológica, no final do século XX, rompe fronteiras até então constituídas e se torna imprescindível para o contexto de globalização do capitalismo, que tem o desafio de utilizar todo poderio tecnológico e a informação em tempo real de forma sistêmica e sinérgica para se manter num patamar que cada vez mais exigente.

A Primeira Revolução Industrial, apesar de não se basear em ciência, apoiava-se em um amplo uso de informações, aplicando e desenvolvendo os conhecimentos preexistentes. E a Segunda Revolução Industrial, depois de 1850, foi caracterizada pelo papel decisivo da ciência ao promover a inovação. (CASTELLS, 2016, p. 88)

Os anos 70 foram, ao mesmo tempo, a época mais provável do nascimento da revolução e uma linha divisória na evolução do capitalismo. As novas tecnologias difundiram-se pelo

globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 1970 e 1990 e essa veio para modificar significativamente a dinâmica econômica e social do mundo através da especialização do trabalho, da melhoria dos processos produtivos, da inserção de novas tecnologias e da produção em escala e seu excedente, originando uma nova relação entre capital e o trabalho.

Embora as bases tecnológicas fossem baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes, elas representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido a sua acessibilidade e custo cada vez menor, com qualidade cada vez maior. (CASTELLS, 2016)

No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica proporcionaram ferramentas para a formação de redes, comunicação à distância, armazenamento e processamento de informação, individualização coordenada do trabalho e integração dos processos frente às trocas, constituindo um espaço articulado e diversificado.

De acordo com Castells (2016):

A inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação. Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada: o gerenciamento flexível teria sido limitado à redução de pessoal, e a nova rodada de gastos, tanto em bens de capital quanto em novos produtos para o consumidor, não teria sido suficiente para compensar a redução de gastos públicos. Portanto o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado à sua constituição como modo de produção.

Castells (2016) considera a economia informacional como global e diferente de uma economia mundial. É global porque funciona em tempo real e escala planetária, condição adquirida somente no final do século XX, através das Tecnologias da Informação, comunicação e infra-estrutura. Apesar de a maior parte dos fundamentos econômicos serem locais, regionais; existe uma economia global porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho do núcleo globalizado (mercados financeiros, comércio internacional, produção transnacional, ciência-tecnológica e mão-de-obra especializada). E quanto ao quesito global e interdependente, os mercados de capital são os exemplos mais

concretos disso, numa integração em tempo real funcionando 24 horas por dia e movimentando quantias gigantescas de dólares diariamente.

À revolução tecnológica se atribui de um caráter transformador que continua, de forma talvez infinita, na medida em que os usuários destas se apropriam da mesma e a redefinem. Para Castells (2016), o que caracteriza essa revolução é o poder da aplicabilidade desses conhecimentos e informações na geração de novos conhecimentos, num ciclo de realimentação cumulativo entre sua introdução, redefinição inovacional e seu uso. Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. Usuários e criadores tornam-se a mesma coisa, assumindo o controle como no caso da internet, e que não está sujeita apenas a um cenário institucional, cultural ou geográfico relativamente limitado, como quando comparada a seus antecessores históricos.

A internet é a primeira organização humana distribuída, não hierárquica e horizontal, os pressupostos para que qualquer organização colaborativa se constitua. A um passo a frente, a tecnologia consegue dar um novo valor para velhas coisas simplesmente porque achou uma forma de entregá-las em um curto período de tempo usando menos recursos. Nunca antes na história pode-se comprovar tamanha penetrabilidade e dimensão transformadora no âmago da vida e mente humana. É como se a tecnologia que em algum momento nos afastou, agora estivesse nos colocando de volta para um movimento que acontece em escala global. Nessa nova experiência, o modelo de colaboração do mundo digital foi exportado para o mundo real.

Sem dúvidas, a passagem do tempo e do desenvolvimento do plano digital passa o poder para além da capacidade de produzir e distribuir bens e serviços e amadurece e redefine continuamente o modo de vida, de aprendizado, trabalho e consumo, e viabiliza a natureza do homem de compartilhar e co-criar.

O resultado desse cenário é um profundo despertar de consciência. Dessa forma, o mundo que esperava por alternativas, novas ideias e mudanças que pudessem revigorar e reequilibrar a economia, influenciou a abertura da população à novos pensamentos, atuações e na forma de se obter o que necessitavam.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE ECONOMIA COLABORATIVA

Em determinados períodos da história o eixo do sistema econômico se desloca e transformações capazes de mudar o modo como trabalhamos e nos relacionamos emergem com a proposta de gerenciar mais eficientemente a atividade econômica. Uma oportunidade muito interessante e complexa está apenas começando. A quebra do paradigma da atuação do mercado pelas novas iniciativas ressignificam o comércio contemporâneo e questionam os critérios que determinam o conceito de sucesso.

O movimento colaborativo não se instaura com a pretensão de revolucionar, mas de ser organizado para complementar o capitalismo na sua forma mais pura, permitindo uma mudança mais genuína e com maiores capacidades.

Popularizado com a publicação do livro “O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo” em 2010, os autores americanos Rachel Botsman e Roo Rogers definem o movimento como uma alternativa pela qual o homem moderno pode optar para satisfazer as necessidades de forma mais sustentável, aproveitando a ociosidade e reduzindo os prejuízos causados para e pela sociedade como um todo.

Depois das crises financeiras e ameaças climáticas, passamos a viver uma crise de valores, que deixa claro que a sociedade baseada na ganância, na escassez e na competição não tem futuro. A consciência pós-crise veio acompanhada de uma evolução tecnológica, do barateamento tecnológico e da expansão da internet, que permitiu com que pessoas de valores, interesses e insatisfações em comum se unissem para propor e adotar novas soluções. Uma era em que pra alguém ganhar, ninguém precisa perder, e em que tudo é possível quando existem interesse e esforço coletivo. Uma era que vai além de um pensamento baseado na escassez dos recursos finitos e que entende e belamente trabalha com os recursos abundantes que não só não se esgotam como se multiplicam com o uso.

É através dos chamados sistemas colaborativos¹ que transações sobre os mais diversos bens e recursos² são efetuadas entre pessoas interessadas em maximizar sua utilidade ou exploração, de forma a aumentar os benefícios deles decorrentes, devido à diminuição do período de

¹Botsman e Rogers (2011) organizam e classificam o modelo em três sistemas em termos de escala, maturidade e propósito. São eles: sistemas de serviços e produtos, mercados de redistribuição e estilos de vida colaborativos. Essa proposta é feita pelos autores não sendo uma definição fechada, mas que ajuda a ter um panorama geral da abrangência das redes que se enquadram como voltadas para práticas colaborativas.

² Importante ressaltar que a definição de bens e recursos tem uma ampla interpretação, podendo significar tempo, espaço, habilidades, conhecimentos e dinheiro.

ociosidade, possibilitada pela disseminação do uso da internet e de dispositivos eletrônicos. E não necessariamente essas trocas são monetárias. O dinheiro é uma forma de tangibilizar esse processo, mas não é a única, visto que em qualquer troca que se faça existe transferência de valor.

Botsman (2011) destaca o mercado da economia colaborativa como inaugurador de uma era de transformação na maneira com que pensamos sobre oferta e demanda. É no contexto da crise de 2008, que possibilidades que eram consideradas alternativas ganham popularidade e se tornam convencionais e praticadas por muitas pessoas. Entramos no tempo de transição de instituições centralizadas, hierárquicas e controladas por alguns para novas instituições ligadas, distribuídas e controladas por muitos, promovendo a democratização econômica da produção, consumo, educação e finanças.

Sendo assim, Botsman (2011) cita quatro argumentos motivadores que justificam a manifestação da economia colaborativa, sendo esses: (i) a redefinição e a renovação da crença popular sobre a real importância e significado de comunidade, (ii) o crescente surgimento de redes sociais de pares, e tecnologias de tempo real, a mudar a forma como nos comportamos, (iii) preocupações ambientais urgentes e não resolvidas, (iv) uma recessão global que chocou fundamentalmente os comportamentos de consumo

Os responsáveis pela mudança são denominados por Rifkin (2015) como uma sociedade de “prosumers”, os agentes econômicos produtores e consumidores ao mesmo tempo, que viabilizam a escapatória do poder dos gigantes da intermediação e da filosofia da guerra econômica de todos contra todos, tornando-se o cenário ideal para promover o bem estar geral.

A predisposição de pessoas desconhecidas a interagirem e colaborarem recupera o desejo de comunidade perdido há anos, quando a atividade de escambo, introduzido no início do século XVI, se tornou a forma básica de distribuição econômica das primeiras comunidades, sendo praticada com mais ou menos eficiência e caracterizando a predominância do pensamento coletivo.

Percebe-se que tanto a individualização quanto o desejo pela propriedade estão fortemente relacionados com o consumo e com a perda da noção de comunidade, mas, ainda resiste a necessidade de pertencimento a grupos sociais (MONT, 2004, citado por DE MENEZES, 2015).

A colaboração está na natureza do homem e nunca será forçada. A insatisfação torna-os mais propensos e ávidos a se engajar em movimentos de resistência para reassumir o controle destas relações, sem vistas à compensação individual. A relação entre as pessoas gera um vínculo de confiança que antes era derivada da lei e garantida pelo Estado.

Botsman e Rogers (2011) atribuem à geração dos *millennials*³ os principais agentes através de uma participação mais ativa e com um maior conhecimento sobre o novo mercado. Essa é a primeira a ter nascida imersa em um momento de grande confluência de desenvolvimento tecnológico e cultural. E embora os *millennials* tenham sido criados em meio à abundância e oportunidades inimagináveis, esses jovens possuem sistemas de valores diferentes da geração de seus pais e reconhecem os custos implícitos no consumo desenfreado.

Nesse caso, o que se apresenta como uma ideia inovadora e revolucionária, na verdade, descreve uma prática tradicional já empregada pela humanidade que se tornou adaptada ao contexto capitalista atual, com ganho de escala mundialmente. Os números deste fenômeno econômico são cada vez mais surpreendentes e se encontra presente em todos os ramos da atividade econômica.

³ Também chamada de geração Y, é um conceito que se refere à todos aqueles que nasceram entre 1980 e 1995, sendo considerados a geração jovem mais influente que já existiu.

3.1 ECONOMIA COLABORATIVA NA AMÉRICA LATINA

Um estudo⁴ produzido pela IE Business School em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aborda um estudo sobre o sistema colaborativo na América Latina. Por mais que se trata de uma iniciativa ainda muito jovem, com a grande maioria dos projetos criados nos últimos sete anos, os primeiros passos para a expansão estão sendo dados e o mercado se encontra bem desenvolvido.

Geograficamente, 69% do número total de iniciativas no continente estão concentrados entre Argentina, México, Peru e Brasil, sendo esse o líder disparado, com a parcela de 32% do número total das atividades desse grupo principal.

Os setores predominantes nos quais as iniciativas operam são as relacionadas ao acesso à serviços e espaço. As mais efetivas manifestações são aluguel, de imóveis à transportes, e troca de bens ou venda direta em diferentes formatos. Estas plataformas de intermediação são as mais simples de organizar e operam em campos já popularizados nacional ou internacionalmente.

Outras formas mais complexas de economia colaborativa como treinamento ou troca, bancos de moedas e tempo e espaços coletivos e autogeridos são muito menos representadas. Eles exigem uma maturidade nos possíveis usuários que parece ainda não existir nesses países (MULTILATERAL INVESTMENT FUND; IE BUSINESS SCHOOL, 2016).

Com relação aos números de participantes ativos, 64% das iniciativas possuem entre dez ou menos pessoas tocando o negócio. São pequenas organizações que têm impacto sobre a renda dos participantes e que podem contribuir para a criação de uma rede de microempresas baseada em uma indústria particular.

Os desafios para crescimento de economia colaborativa são percebidos pelos fundadores principalmente sobre a questão da política. As instituições devem apoiar, mas não

⁴Seis jornalistas especializados em economia e tecnologia das principais mídias da América do Sul rastrearam 107 iniciativas de economia colaborativa na região entre agosto e novembro de 2015, através de um questionário para medir suas principais características. A pesquisa foi publicada em abril de 2016 e está disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/7806?locale-attribute=pt&>>

necessariamente procurando um regulamento radicalmente diferente. Acima de tudo, apoio à disseminação do tipo de modelos propostos.

Um segundo ponto é o grau de conhecimento e confiança nos novos tipos de negócios propostos. A falta de informações por potenciais usuários de como atuar ou chegar ao mercado e a falta de referência sobre histórias de sucesso, são os pontos-chave para impactar o crescimento do número das iniciativas.

Atribuindo mais ênfase ao Brasil, é importante entender como o líder é diferente dos outros países do bloco.

Por sua relevância em termos de número de iniciativas, o efeito de linguagem e tamanho do mercado muito específico faz do mesmo um país parcialmente protegido do resto do ambiente, que o torna interessante mesmo para iniciativas locais Mas eles também os tornam mais propícios à entrada de jogadores internacionais, facilitando o conhecimento e a confiança do usuário. Em relação ao tipo de transação, o resultado é muito similar, o aluguel permanece em primeiro lugar entre as transações mais facilitadas (MULTILATERAL INVESTMENT FUND; IE BUSINESS SCHOOL, 2016).

O tamanho do mercado é novamente muito importante quando se trata de entender quais atividades são relevantes: Ao especular com o tipo de serviços e produtos próprios do consumo colaborativo que despertariam maior interesse no curto prazo, os brasileiros privilegiam o compartilhamento de caronas, livros, serviços em geral e hospedagem.

Mas segue, no entanto, sem alguns tipos de transações mais complexas, como bancos de tempo ou moedas alternativas, que parecem indicar um maior peso da comunidade na motivação do usuário.

Os principais obstáculos ao crescimento das iniciativas se concentram na ignorância de potenciais usuários que, embora pareçam saber histórias de sucesso desse tipo, não parecem compreender bem os modelos e estes gerar confiança, pelo menos na percepção das iniciativas pesquisadas. A tecnologia também é percebida como um problema para o crescimento: parecem conhecer os negócios, porém não possuem acesso tecnológico o suficiente de modo que não passam à atuação. O regulamento, no entanto, é um problema de muito menos relevância, provavelmente devido à maior diversidade e maturidade das iniciativas (MULTILATERAL INVESTMENT FUND; IE BUSINESS SCHOOL, 2016).

Dentro desse universo, a região Sudeste se destaca como a que tem os cidadãos mais informados sobre o tema (54%) sendo o maior mercado consumidor do país, enquanto o Norte é o que menos possui referências sobre o assunto.

O futuro é muito otimista. Acredita-se que o mercado irá crescer de mãos dadas com iniciativas locais, mas acima de tudo com a entrada de iniciativas semelhantes de tipo internacional, o que seguramente terá a confiança do usuário em maior medida para suportar seu peso global. Com o efeito de rede, serão muitas as empresas que entrarão no mercado, mas poucos parecem ter medo do ingresso maciço nesses setores, possivelmente devido à impossibilidade em mudar o modelo e à dificuldade de oferecer menores margens (MULTILATERAL INVESTMENT FUND; IE BUSINESS SCHOOL, 2016).

Segundo a Forbes, a estimativa é que a economia colaborativa gere uma receita anual global de US\$3,5 bilhões para os usuários, valor que deve crescer 25% ao ano. A projeção seja que em 2025 a movimentação global da tendência alcance cerca de US\$ 335 bilhões, segundo a PWC.

3.2 DESAFIOS DA ECONOMIA COLABORATIVA

Embora o modelo colaborativo esteja ganhando adeptos em todo o mundo e à medida que vai se expandindo e criando novas oportunidades, enfrenta críticas e obstáculos que dificultam o seu futuro desenvolvimento e consolidação. O estilo do novo padrão econômico coloca pressão sobre os modelos de negócios e os termos regulatórios já existentes. Dentre os conflitos que se enquadram nesse contexto a principal é a adequação da economia do compartilhamento com a economia tradicional, diante dessa situação, surge o questionamento de como fazê-la.

A principal reclamação é a que se deve ao fato dos novos agentes participarem efetivamente da economia sem a necessidade burocrática que os mercados habituais estão sujeitos.

Atualmente, o Estado não é capaz de solucionar esses novos conflitos da economia colaborativa, uma vez que possuem regulamentações que não foram elaboradas para serem aplicadas fora do contexto que atuam habitualmente e que nem mesmo são adaptáveis e flexíveis. Portanto, a elaboração de uma nova legislação seria justificada por interesses ligados à proteção dos envolvidos nessa economia sobre quaisquer riscos inerentes que poderiam ocorrer. É importante ter uma regulamentação que consiga enquadrar todos os envolvidos do mesmo serviço proposto afim de oferecer os mesmos direitos e obrigações. Há quem defenda que a criação de normas só tem sentido em um caso onde o mercado é incapaz de alcançar um resultado eficaz.

Por fim, uma solução para os possíveis problemas, é a obrigatoriedade por parte dos aplicativos de serem responsáveis por quaisquer danos eventuais, estimulando os mesmos a aderirem seguros a cada prestação de serviço. Os aplicativos também fornecem um sistema de reputação digital onde os usuários ao avaliarem o serviço desencorajam qualquer comportamento prejudicial, diluindo os riscos que outros usuários podem sofrer, reduzindo as assimetrias de informação e estimulando a melhoria na qualidade do serviço prestado.

Conforme visto, a economia colaborativa introduz novas dinâmicas no mercado e acarreta conflitos regulatórios, agora, é função do Estado tomar uma providência quanto a essa discussão afim de possibilitar uma regulamentação mais flexível com o objetivo de dar legitimidade à esse mercado específico e assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos.

3.3 PREMISSAS DESAFIADAS PELA ECONOMIA COLABORATIVA

Pautado nessas definições, com uma atitude transgressora, a nova economia vai na contramão do que hoje se prega como prática e desafia algumas das premissas básicas da economia. Em sua forma mais pura, o pós-capitalismo, segundo Mason (2017), será marcado por uma sociedade sem mercado e pela relativa abundância no longo prazo.

Na economia tudo está pautado na busca de produzir o máximo de bens e serviços com os recursos limitados disponíveis e uma vez que os desejos humanos são ilimitados e insaciáveis e os recursos produtivos escassos, é inquestionável que o homem faça escolhas. Na lei básica, oferta e demanda pressupõem a escassez.

Assim como várias premissas do pensamento socioeconômico dominante no século XX, o questionamento se dará por autores como Peter Drucker. Em sua obra “A sociedade pós-capitalista”, Drucker (1993) relata o futuro de uma economia que terá seu advento pela otimização de um único recurso que cria valor e que não está condicionado pela escassez, mas goza de uma abundância inesgotável.

Nessa sociedade o conhecimento é o principal fator de produção, e a capacidade produtiva tende a concentrar-se em cada indivíduo e diferentemente de qualquer outro fator de produção, o seu uso não se torna escasso, mas, pelo contrário, se multiplica a cada interação e seu resultado prevalece na capacidade da sua aplicação nos produtos e nos serviços.

Drucker (1993) fornece três tipos de novos conhecimentos que precisam ser desenvolvidas em conjunto e ao mesmo tempo para fazer mudanças significativas na economia, são eles o **aperfeiçoamento** continuado do processo, produto ou serviço; a **exploração** continuada do conhecimento existente para desenvolver produtos, processos e serviços diferentes e por último a **inovação** genuína.

Somos a única espécie que pensa de forma linear, mas a resposta está na capacidade contínua de transformação e essa só acontece quando a gente inova. Se fôssemos pelo lado da escassez, precisaríamos entender como montar uma estrutura para prover os recursos, já na abundância é perceber que os recursos de que precisamos já existem, só precisam estar conectados (HADDAD, 2015).

“O retorno que um país ou uma empresa obtém sobre o conhecimento certamente será, cada vez mais, um fator determinante da sua competitividade. Cada vez mais a produtividade do conhecimento será decisiva para o seu sucesso econômico e social e também para o desempenho econômico como um todo”. (DRUKER, 1993, p.143)

No centro da mudança para uma economia baseada para além da escassez está a tecnologia informação. Para Manson (2017) o barateamento da potência dos computadores e do acesso à rede coloca a capacidade de produzir e compartilhar bens de informação nas mãos de muitas pessoas de modo que oferta e procura tornam-se irrelevantes.

Em conformidade com essa visão, Rifkin (2015) defende que a possibilidade para essa transformação econômica se encontra no valor de produção dos futuros bens. O avanço das tecnologias e inovações será tão intenso que permitirá uma produção cada vez mais acelerada e uma competitividade acirrada, tornando o custo marginal ⁵de produzir e distribuir unidades adicionais de bens e serviços zero ou praticamente zero, facilitando o acesso da comunidade.

Manson (2017) declara que a infotecnologia, em suma, está corroendo a capacidade do mercado de formar preços corretamente. Isso porque a competição faz os preços baixarem em direção aos custos de produção ao passo que os mercados se baseiam na escassez.

Isso proporcionou à ascensão espontânea de produção cooperativa e o surgimento de plataformas online que possibilitaram o compartilhamento de informações, bens, serviços e organizações que não mais respondem aos ditames do mercado e da hierarquia gerencial. “O maior produto de informação do mundo – a Wikipédia – é feito por 27 mil voluntários, de graça, abolindo o comércio de enciclopédias e privando a indústria publicitária de uma receita anual estimada em 3 bilhões de dólares.” (MANSON, 2017, p. 17)

Entre os resultados “o lucro das corporações começa a diminuir, os direitos de propriedade perdem forças e a noção convencional de escassez econômica dá lugar à possibilidade de abundância à medida que setores inteiros da economia ingressam na web com custo marginal zero” (RIFKIN, 2015).

⁵ Custo marginal é um conceito econômico que se refere à variação no custo total de produção quando se aumenta a quantidade produzida de bens. O custo marginal zero representa uma situação ideal de produtividade, na qual se pode fabricar mais objetos sem pagar mais por isso, reduzindo drasticamente o valor final do produto, que pode até ser compartilhado gratuitamente.

O pressuposto da escassez, apesar da sua fragilidade, é conveniente em particular para as teorias que priorizam a concorrência, a acumulação individual e a dominação. Manson (2017) declara que o mecanismo de autodefesa do sistema diante dessas características se encontra na formação de monopólios, numa escala nunca vista nos últimos duzentos anos, de modo a poder criar escassez e um valor de troca compensatório. “O estado de equilíbrio de uma economia infotecnológica ocorre quando os monopólios dominam e as pessoas tem acesso desigual à informação de que precisam para tomar decisões racionais de compra” (MANSON, 2017)

Uma empresa ao possuir monopólio sobre uma mercadoria tem, por definição, a oportunidade de estabelecer o seu preço acima do seu real valor, tanto quanto o mercado possa aguentar. Com efeito, ao sabotar a lei do valor, limita a concorrência para impedir que o mercado estabeleça seus preços livremente. E se essa não é uma possível solução, os direitos de propriedade intelectual se tornaram uma peça fundamental nos acordos comerciais internacionais celebrados.

Assim, você pode ou colocar no software um dispositivo que torna impossível copia-lo ou pode tornar ilegal a sua cópia. Mas, faça o que fizer para proteger a informação, permanece o fato de que a informação em si segue reproduzível e compartilhável, a um custo insignificante. (MANSON, 2017)

E não havendo restrições, essa rede tende a crescer em nível global, plenamente conectada. Nesse cenário, organizações econômicas ou políticas perdem muito de sua função e cada um se vê livre para desenvolver todo o seu potencial e contribuir de forma efetiva para a sociedade, numa estrutura mais produtiva, eficiente, conseqüentemente mais sustentável e com a riqueza mais bem redistribuída, independente das regulações. (CANTO, 2014)

Não há mais espaço para o poder de um ou de poucos, o poder é descentralizado porque o novo fluxo de informações permite isso. Quem tem a informação, tem o poder de decidir dinâmica e sistemicamente. (MANSON, 2017)

4 CONCLUSÃO

A era de ouro do capitalismo surgiu como resultado de uma reconfiguração política e econômica do mundo e vivenciou uma contínua prosperidade e expansão, assumindo posição de excelência de modelo de superprodução. Mas logo, a prosperidade do pós-guerra chegou ao fim, e neste cenário, o sistema se apoiou no desenvolvimento e na utilização das tecnologias de informação como ferramenta à reestruturação econômica frente aos anos seguintes.

A evolução nas tecnologias de informação desempenhou papel decisivo ao facilitar o surgimento do capitalismo flexível e rejuvenescido. A globalização do capital foi apenas uma resposta imediata à impossibilidade de manter os mesmos níveis de rentabilidade com a predominância de uma mesma interação entre governos, mercados e instituições financeiras. O mercado apenas passou um período apropriando-se dessas tecnologias facilitando a conexão entre as partes envolvidas nas transações e proporcionando ferramentas para a “formação de redes, comunicação à distância, armazenamento e processamento de informação, individualização coordenada do trabalho e concentração e descentralização simultâneas do processo decisório”. (ABRH BRASIL, [201-?])

Entretanto, a mesma tecnologia que colocou o sistema em um novo patamar anos atrás, atualmente não se encontra mais capaz de levá-lo a superação das dificuldades. O resultado da crise repercute na desconfiança para com as instituições e na maneira de atuação do mercado.

Nessa sequência de desarranjos, a crise de 2008 foi a de estado crítico mais recente. Diante da visão, muitas foram as conferências e planos para se evitar uma nova recaída, porém, quase dez anos após nada foi resolvido.

De uma forma geral, concluímos que as práticas colaborativas sempre existiram na vida em comunidade, pois o compartilhamento e a interdependência são inerentes às sociedades humanas.

O foco é fazer com que as pessoas sintam-se envolvidas nos processos socioeconômicos e que percebam o quão capazes são de alterações em seu ambiente, com o desenvolvimento das habilidades básicas. O propósito é atingido quando grupos da população estão predispostos a fazer parte ativa do movimento, se harmonizando e colocando em pauta outras motivações compensatórias para participarem, como ser leal à um propósito, busca por realização e

desenvolvimento pessoal e estímulos à criatividade. E se a cultura colaborativa ainda não é tão difundida, possui capacidades de obter cada vez mais adeptos e simpatizantes.

No setor de serviços, numa forma geral, abriram-se novas oportunidades para renda e emprego, e com uma maior variedade de produtos disponíveis e maior estímulo para a criação de microempresas fora da cadeia produtiva com alto potencial lucrativo, cresce a importância do microempreendedor. Nessa mentalidade, a produção independente deixa de ser sinônimo de qualidade inferior quando comparada à produção em larga escala. Nesse contexto, pesquisas apontam o Brasil como um país promissor na implantação de negócios colaborativos por diversas razões como políticas de incentivo à inovação, maior disponibilidade de plataformas digitais móveis, capacidade empreendedora e maior consciência da importância da sustentabilidade. (COUTINHO, 2015) Das capitais, São Paulo é que possui maiores registros de iniciativas colaborativas.

Do ponto de vista dos consumidores, a economia colaborativa pode proporcionar vantagens graças a novos serviços, maior oferta e preços mais baixos. Pode também incentivar a partilha de ativos e uma utilização mais eficiente dos recursos, contribuindo assim para a estratégia dos países para o desenvolvimento sustentável e para a transição para a economia circular. (COMISSÃO EUROPÉIA, 2016)

Já para o condicionamento das empresas, a flexibilização da produção permite que as mesmas se transformem em estruturas mais dinâmicas. O modo clássico de empreender requer altas quantidades de capital próprio ou emprestadas de terceiros para a montagem da estrutura que irá fornecer bens ou prestar serviços, nesse novo formato, poderiam alcançar os mesmos objetivos sem sacrificar o fluxo de caixa e com plataformas bem elaboradas que atraiam parceiros comerciais e clientes dos serviços, dessa forma, estão preparadas para mudanças e para atender a um mercado a qualquer instante. (DE SOUZA, 2016)

Com relação ao bem estar geral, muitas das iniciativas partem para a busca de possíveis soluções de problemas comuns de um setor específico decorrentes de suas externalidades negativas. Outro natural benefício é o efeito da contribuição de milhões de pessoas participantes da plataforma para o aprimoramento do produto ou serviço subjacente.

O sistema tem uma base forte que comprova sua eficácia e eficiência no que diz respeito aos benefícios auferido, entretanto, apesar do sucesso que sugere, enfrenta críticas que se opõem completamente a esse pensamento.

Como o mercado propiciado por essas plataformas ainda não é maduro, é argumentável que existe uma tendência desequilibrada de crescimento entre a oferta e a demanda dos serviços de tais aplicativos, ocorrendo um excesso de oferta de serviços que apenas no longo prazo encontraria um equilíbrio adequado. Certamente a motivação de um desempregado ou algum agente econômico que queira aumentar sua renda é forte o suficiente para que ele esquadrinhe todo o mercado à procura de uma oportunidade e logo se cadastre num aplicativo oferecendo seus serviços. Nesse sentido, haveria um excesso de oferta no curto prazo. (DE SOUZA, 2016)

Com relação às dificuldades relacionadas com o consumidor, o maior desafio diz respeito ao sentimento de posse e apego aos bens materiais. Tanto a individualização quanto o desejo pela propriedade ainda estão atrelados com a perda de noção de comunidade e com o sinônimo de felicidade e status. O consumidor não está inteiramente preparado para se desapegar dos próprios bens.

Nesse conflito, é necessário também falar em desigualdade social. Classes econômicas que nos últimos anos se empoderaram economicamente e passaram a consumir mais, enxergam nessa atitude um reflexo das conquistas de vida, uma evolução do estágio em que o indivíduo se encontrava anteriormente e abrem mão do compartilhamento.

Além disso, a disposição para a utilização desses aplicativos envolve hábitos de uso de tecnologias e aplicativos, que ainda não está totalmente disseminada entre todos os tipos de usuários.

Sobre o sistema de reputação, é alegado que eles não refletem adequadamente a realidade. Ao publicar uma opinião negativa, um vendedor pode negatar o comprador reciprocamente, mesmo sem motivos.

Quanto a motivação para participar do sistema, não se trata apenas do desejo de conexão social, mas sim da falta de oportunidade de trabalho formal e da insegurança quanto ao mercado de trabalho no longo prazo, visto que a participação popular se deu após a crise financeira de 2008.

Muitos questionamentos também surgem sobre a concorrência desleal que o modelo representa para as empresas tradicionais do setor. Em contrapartida é defendido que o novo modelo não pode ser comparado com a convencional, por se enquadrar fora do mercado

formal e oferecer tipos de serviços e produtos que não seriam encontrados anteriormente. Portanto, a concorrência não se torna desleal a partir do momento que oferece características exclusivas e serve como complemento ao mercado a qual já estamos acostumados.

Na questão do impacto real, é necessário considerar o efeito cascata, ou seja, como os vendedores utilizam a renda extra obtida com o compartilhamento. O argumento é de que a disponibilização de uma plataforma p2p mais eficiente provoca um aumento da demanda por novos produtos a serem compartilhados. O resultado é a criação de mercados que expandem o volume do comércio e aumenta o poder de compra dos consumidores, o que provavelmente provoca um aumento de demanda por novos produtos e serviços que não existiriam de outra forma.

Com relação à essência, está perdendo o verdadeiro significado social de transformação e colaboração. Plataformas tendem a se tornar cada vez mais gigantes globais na internet, almejando lucros maiores e dominando o setor em que atua, comprovando aspirações monopolistas e provocando maior desigualdade econômica. Em relação à possível concentração de renda, há que se diferenciar as plataformas com fins lucrativos e aquelas muitas que não tem esse objetivo, como bibliotecas de ferramentas e os bancos de tempo, que não buscam crescimento ou maximização de receitas, mas sim resolver problemas de interesse público de âmbito local.

As formas de interpretar esse novo fenômeno são diversas, mas se mantém a importância de não se utilizar leis de um modelo econômico antigo para julgar este que se apresenta com uma proposta totalmente diferente. Com uma mentalidade tradicional não seremos capazes de enxergar a quantidade de oportunidades que despontam. A partir de tantos acontecimentos, um novo mundo pode estar tomando forma progressivamente, mas como irá se desenvolver e em que tempo atingirá a maturidade ainda não são visíveis. A economia colaborativa é uma evolução, um reflexo de mudanças sociológicas, políticas, econômicas e tecnológicas. Por fim, o seu sucesso em larga escala depende da prática e da experiência. (CONSUMO COLABORATIVO, [201-?])

Por fim, segundo Rifkin (2015), estamos testemunhando a criação de uma economia mundial híbrida, onde uma economia compartilhada está convivendo com uma economia de mercado cada vez menos importante. O autor defende que é pouco provável o desaparecimento desse atual mercado, dado que sempre haverá bens e serviços cujos custos marginais serão elevados

o suficiente para garantir transações de mercados, lucro e retorno de investimentos. E concorda quanto ao fato das fronteiras entre os dois sistemas ainda serem difusas, mas crê que em meados do século o capitalismo terá se transformado completamente, por meio de uma transição suave, e não com grandes revoluções como já vivemos.

5 BIBLIOGRAFIA

A MOEDA DA NOVA ECONOMIA É A CONFIANÇA. Entrevista com Rachel Botsman.

Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/rachel_botsman_the_currency_of_the_new_economy_is_trust/transcript?language=pt-br>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS. ABRH Brasil. Disponível em:

<<http://www.abrhbrasil.org.br/cms/associacao-brasileira-de-recursos-humanos/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

BOTSMAN, Rachel; ROGERS, Roo. O que é meu é seu - como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n.86, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma alternativa para o capitalismo? Estudos Avançados, São Paulo, 2014.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COMISSÃO EUROPÉIA. Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comitê econômico e social europeu e ao comitê das regiões: uma agenda europeia para a economia colaborativa. Bruxelas, 2016.

CANTO, Gustavo. A economia colaborativa do terceiro milênio, 2014. Disponível em:

<<http://blog.movimentozeitgeist.com.br/a-economia-colaborativa-do-terceiro-milenio/>>.

Acesso em: 15 de agosto de 2017.

COUTINHO, Fernanda Gabriela. Consumo colaborativo: o compartilhamento de produtos e serviços que está modificando os negócios no Brasil. Intercom. Rio de Janeiro, 2015.

DE MENEZES, Uiara Gonçalves. Consumo colaborativo: relação entre confiança e cooperação. Revista metropolitana de sustentabilidade, vol. 5, n. 2, Rio Grande do Sul, 2015.

DE SOUZA, Iuri Gregório. Economia Colaborativa. Câmara dos Deputados. 2016.

DRUCKER, Peter. Sociedade pós-capitalista. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

ECONOMIA COLABORATIVA. Entrevista com Camila Haddad. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGcU5slqTag>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

ENTENDENDO O CONCEITO: O QUE É ECONOMIA COMPARTILHADA?. Consumo Colaborativo. Disponível em: <<http://consumocolaborativo.cc/entendendo-o-conceito-o-que-e-economia-compartilhada/>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

MASON, Paul. Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MULTILATERAL INVESTMENT FUND; IE BUSINESS SCHOOL. Economia colaborativa em América Latina, 2016. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/7806?locale-attribute=pt&>>. Acesso em: 28 de outubro de 2017.

RIFKIN, Jeremy. Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. 1 ed. São Paulo: M. Books, 2015.

STREECK, Wolfgang. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelo crônico. Revista Piauí, 2014.

WRIGHT, Erik Olin. Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social. Revista de ciência política, teoria & pesquisa, vol. 21, n. 1, 2012.